

## ANTÔNIO VIEIRA EM DEFESA DA PAZ

Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira\*

Para entendermos a árdua batalha travada pelo Padre Antônio Vieira em defesa do pacifismo, relacionaremos o livro ante primeiro da sua obra *História do Futuro*, escrito entre 1664-1665, ao contexto em que foi concebido.

### *O contexto de Antônio Vieira*

Nascido em Lisboa, em 6 de fevereiro de 1608, Antônio Vieira parte com os pais para a Bahia em 1614, com apenas 6 anos de idade. Na Bahia, ele reside em Salvador, onde o seu pai desempenha funções de escrivão. Antônio Vieira faz seus primeiros estudos em um colégio jesuíta. Contrariamente à vontade dos pais, ele ingressa no noviciato da Companhia de Jesus aos 15 anos.<sup>1</sup> Nesta ordem religiosa, Antonio Vieira professa três votos: obediência, pobreza e castidade, em 1625<sup>2</sup>; em 1634, ordena-se padre<sup>3</sup>; pronuncia o último voto de obediência ao papa, tornando-se um jesuíta professo, em 1643.<sup>4</sup>

Antônio Vieira nasceu durante a União Ibérica, ocorrida de 1580 a 1640. Lembremos que, em 1578, o rei D. Sebastião desaparecera misteriosamente em Marrocos, na Batalha de Alcácer-Quibir. Dois anos depois, as coroas espanhola e portuguesa se uniram. Filipe II da Espanha passa a reinar também em Portugal com o título de Filipe I.<sup>5</sup>

Em 1640, o descontentamento com o domínio espanhol levou algumas camadas da nobreza a se insurgirem contra o domínio de Filipe IV de Espanha, e III de Portugal, para recuperar a coroa portuguesa. Essa insurreição resultou na coroação do duque de Bragança

---

\* Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira concluiu o mestrado em História Social na Universidade Federal Fluminense/UFF e doutorado em História Cultural na Universidade de Brasília/UnB. Atualmente é Professora Adjunta de História Moderna e Contemporânea no Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão/UFMA.

<sup>1</sup> Cf. ALEIXO, José Carlos Brandi. In: VIEIRA, Antônio. *História do futuro*. (Organizada por José Carlos Brandi Aleixo). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, p. 29; AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. Tomo Primeiro. 2ª edição, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1931, pp. 11-14; DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 187.

<sup>2</sup> Cf. AZEVEDO, tomo primeiro, op. cit., p. 32.

<sup>3</sup> Cf. ALEIXO, in VIEIRA, 2005, op. cit., p. 29.

<sup>4</sup> Cf. AZEVEDO, tomo primeiro, op. cit., p. 87.

<sup>5</sup> Cf. ALEIXO, in VIEIRA, 2005, op. cit., p. 30.

como D. João IV, em 1 de dezembro de 1640.<sup>6</sup> A Restauração de Portugal contou com o apoio dos jesuítas portugueses.<sup>7</sup>

Em 1641, o Vice-Rei do Brasil, o Marquês de Montalvão, enviou uma comissão a Lisboa para mostrar a solidariedade ao novo rei, D. João IV. Esta comissão era composta por seu filho, D. Fernando Mascarenhas, e dois padres jesuítas, o Padre Antônio Vieira e o Padre Simão de Vasconcelos.<sup>8</sup> Somente 40 anos depois, Antônio Vieira voltará a ver a Bahia, “quase sua pátria”, onde sua carreira e vida são encerradas, em 1697.<sup>9</sup>

Em 1641, Antônio Vieira tem 33 anos de idade e se instala em Lisboa, sendo muito bem recebido na corte.<sup>10</sup> Aí, ele é um “visitante assíduo”. Desde o primeiro momento, Antônio Vieira conquista a simpatia de D. João IV, sendo muito “estimado pela conversação viva, atendido pela lúcida compreensão dos negócios do Estado”.<sup>11</sup> Entre Antônio Vieira e D. João IV se estabelecerá uma grande e eterna amizade.<sup>12</sup>

Os sólidos laços de amizade estabelecidos com o rei lhe renderam bons frutos. Antônio Vieira foi convidado a pregar na Igreja de São Roque em Lisboa e a pregar para o rei na Capela Real. No Ano Novo de 1642 pregou pela primeira vez diante do monarca. Antônio Vieira tornou-se cada vez mais íntimo da família real, sendo convidado por D. João IV a assumir o cargo de conselheiro de Estado, no qual exerceu funções diplomáticas com brilhantismo.

No período em que trabalhou diretamente para a Coroa portuguesa, Antônio Vieira não deixou de se dedicar aos seus escritos. Ele é considerado excelente como escritor e como orador.<sup>13</sup> Apesar de estar ocupado com os assuntos do Estado, não abandonou o púlpito, nem as obrigações religiosas e nem mesmo a humilde moradia com os companheiros jesuítas. Em 1643, Antônio Vieira pronunciou o quarto voto, de obediência especial ao papa, tornando-se um jesuíta professo.

D. João IV teve de lutar para assegurar a independência de Portugal e o reconhecimento da restauração da monarquia portuguesa. Esta não foi uma tarefa fácil,

---

<sup>6</sup> Cf. AZEVEDO, tomo primeiro, op. cit., p. 54.

<sup>7</sup> Cf. ALEIXO, in VIEIRA, 2005, op. cit., p. 30.

<sup>8</sup> Cf. ibid; CIDADE, Hernani. *Padre Antônio Vieira*. Vol. II. Portugal: Agência Geral das Colônias, 1940, p. 32; AZEVEDO, tomo primeiro, op. cit., p. 56.

<sup>9</sup> Cf. ibid. A este respeito, ver DELUMEAU, op. cit., p. 187.

<sup>10</sup> Cf. CIDADE, op. cit., p. 35.

<sup>11</sup> AZEVEDO, tomo primeiro, op. cit., p. 59.

<sup>12</sup> Cf. ALEIXO, in VIEIRA, 2005, op. cit., p. 30.

<sup>13</sup> Cf. ALEIXO, José Carlos Brandi. *Entrevista*. www.unisinos.br/ihu, novembro de 2005. Segundo José Carlos Aleixo, Padre Vieira é “um exímio escritor. Não é só o conteúdo. Ele foi chamado por Fernando Pessoa de imperador da língua portuguesa. E foi um grande orador. Vieira prendia a atenção do público com sermões que para os nossos padrões eram longos”. ibid.

visto que a Espanha não aceitou perder o reino de Portugal e por diversas vezes os exércitos espanhóis tentaram invadi-lo.

Neste processo de consolidação da nova dinastia e conservação da independência de Portugal, Antônio Vieira atuou ativamente, desde quando chegou em Lisboa, em 1641, até 1652, quando partiu para o Brasil, em sua missão junto aos indígenas.<sup>14</sup> Aliás, este foi o período em que ele mais participou das discussões políticas de Portugal. Conforme Jean Delumeau,

Partidário da independência de Portugal, Vieira saudou em D. João IV o restaurador da pátria e quis mobilizar todas as ajudas possíveis contra os projetos espanhóis de reconquista. Por isso, foi enviado por D. João IV como embaixador à França e às Províncias Unidas.<sup>15</sup>

Nas décadas de 1640 e 1650, Antônio Vieira se engajou em missões diplomáticas na Holanda, França e Itália, sendo o acordo entre Portugal e a Holanda a missão mais importante. Missão esta que lhe causou sérios problemas. Antônio Vieira sugeriu a D. João IV que, em nome da conservação da paz em Portugal, ele entregasse Pernambuco aos Holandeses, e por isso foi acusado de traição por alguns de seus inimigos da corte. Ao defender o restabelecimento das sinagogas judias no reino, em 1652, Antônio Vieira atraiu o ódio de alguns jesuítas que o acusaram de herético, e teve problemas com os inquisidores portugueses, que começaram a reunir provas contra ele, afastando-no das proximidades do trono português. Cogitou-se até a sua expulsão da Ordem dos Jesuítas, porém, os seus superiores da Companhia de Jesus designaram-no a assumir a missão do Estado do Maranhão, província do império luso. Antônio Vieira lutava intensamente em prol da sobrevivência da monarquia portuguesa, mas, profundamente desgostoso diante das inúmeras críticas que recebia por parte dos seus inimigos, ele decidiu voltar ao Brasil, contra a vontade do monarca. Em 1652, Antônio Vieira desembarcou em São Luís como superior dos missionários jesuítas.

Desde que chegou ao Maranhão, em 1652, Vieira lutou fervorosamente para defender os indígenas da escravidão imposta pelos colonos maranhenses. Objetivando proteger os índios da escravidão imposta pelos latifundiários do Maranhão, em 1654 Antônio Vieira fez a sua segunda viagem a Portugal. D. João IV, que estava muito doente nesta época, o apoiou. Em Lisboa, Antônio Vieira voltou a pregar na Capela Real. Em

---

<sup>14</sup> Cf. AZEVEDO, tomo primeiro, op. cit., p. 187.

<sup>15</sup> DELUMEAU, op. cit., p. 187.

1655, novamente a contra gosto do rei, Antônio Vieira resolveu voltar ao Maranhão. Aqui, ele visitava aldeias, ensinava e pregava. Com a morte de D. João IV, em 1656, Antônio Vieira perdeu o seu posto de conselheiro real e, ainda pior, o seu grande protetor.

Em 1661, os colonos maranhenses o expulsaram do Maranhão, juntamente com outros jesuítas. De volta a Portugal, onde já não podia mais contar com a proteção de D. João IV, Antônio Vieira foi acusado de heresia. De 1663 a 1665, foi submetido pelo Santo Ofício a uma residência forçada na cidade do Porto, no Colégio de Coimbra. Em 1664 foi condenado à prisão pela Inquisição. Em 1665, por ordem do Tribunal do Santo Ofício, Antônio Vieira é encarcerado, num regime de prisão preventiva, nos cárceres da Inquisição até o término do processo.

Antônio Vieira teve uma vida conturbada. Os seus textos eram muito polêmicos, por isso foi perseguido pela Inquisição, que o acusou de heresia, bem como de defender a ‘Conjura Judia’, mantendo-o preso durante dois anos, de 1665 a 1667. Não se sabe ao certo a data precisa do início e término da *História do futuro*. Estima-se que foi concebida aproximadamente de 1649 até 1669.<sup>16</sup> Já o livro ante primeiro que, segundo Azevedo, é uma introdução da *História do futuro*<sup>17</sup>, o próprio Antônio Vieira nos fornece pistas de que o escreveu de 1664 a 1665.<sup>18</sup> Período em que manteve residência forçada na cidade do Porto, e que esteve preso nos cárceres da Inquisição, devido a ter sido condenado por heresia pelo Santo Ofício.<sup>19</sup>

Quando da morte de D. João IV, em 1656, D. Afonso, que tinha apenas 13 anos de idade, era o herdeiro do trono, pois seu irmão mais velho D. Teodósio havia morrido. A sua mãe, D. Luísa de Gusmão, assumiu a regência. Devido à má conduta de D. Afonso, D. Luísa de Gusmão declarou o outro filho, o infante D. Pedro, como seu sucessor. Mas, em junho de 1662, o conde de Castelo Melhor promoveu um golpe de Estado. D. Luísa foi retirada para um convento e D. Afonso foi alçado ao trono português como D. Afonso VI.<sup>20</sup> Durante os dois anos de reinado de D. Afonso, foi o conde de Castelo Melhor quem realmente governou Portugal.

---

<sup>16</sup> Cf. ALEIXO, in VIEIRA, 2005, op. cit., pp. 20-21; AZEVEDO, tomo primeiro, op. cit., pp. 193-194.

<sup>17</sup> Cf. *ibid.*, p. 193.

<sup>18</sup> Cf. VIEIRA, 2005, op. cit., *ibid.*, pp. 181-182.

<sup>19</sup> Cf. AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. Tomo Segundo. 2ª edição, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1931, pp. 30, 38.

<sup>20</sup> O reinado de D. Afonso VI será muito curto. Pois, em 1667, é ele quem sofre um golpe de Estado de seu irmão D. Pedro.

Durante os 28 anos da Guerra da Restauração (1640-1688) houve cinco batalhas entre portugueses e espanhóis. A Batalha de Montijo, em 1644, no reinado de D. João IV; a Batalha das Linhas de Elvas, em 14 de janeiro de 1659, na regência de D. Luísa de Gusmão; a Batalha de Ameixial, 8 de junho de 1663; a Batalha de Castelo Rodrigo, 7 de julho de 1664; e a Batalha de Montes Claros, 17 de junho de 1665, no reinado de D. Afonso VI. Em todas elas, mesmo contando com um exército inferior, os portugueses venceram os espanhóis. Estes tiveram perdas significativas nessas batalhas. A paz definitiva entre Espanha e Portugal somente será concluída em 1668.

Com exceção da Batalha de Montijo, que ocorreu em solo espanhol, as demais foram assinaladas pela tentativa de invasão dos espanhóis em solo português e a luta dos portugueses para defender o seu país. O fato é que, ao término da Guerra dos Trinta Anos e da Guerra Franco-espanhola, Filipe IV estava livre para dedicar-se a Portugal. É neste contexto de guerras constantes que Antônio Vieira concebe o livro ante primeiro de sua *História do Futuro*, entre 1664 e 1665.

### ***Um catecismo a Filipe IV***

Dentre os interlocutores explicitamente elegidos por Antônio Vieira, no livro ante primeiro da *História do Futuro*, encontram-se os inimigos dos portugueses, Filipe IV, rei da Espanha, e seus conselheiros. Os príncipes que fazem a guerra injusta são criticados por Antônio Vieira, no livro ante primeiro da *História do Futuro*. Antônio Vieira adverte que um príncipe não deve fazer a guerra contra um povo o qual Deus não ordena. Segundo ele, por meio da leitura da *História do Futuro*, os espanhóis saberão que a guerra que empreendem contra Portugal é contrária aos desígnios de Deus:

Entre as utilidades próprias e dos amigos, não quero deixar de advertir por fim delas, que também a lição desta história pode ser igualmente útil e proveitosa aos inimigos (...). Lerão aqui com boa conjetura as promessas e decretos divinos, provada a verdade dos futuros com a experiência dos passados: e verão se quiserem abrir os olhos, um manifesto desengano de sua profecia; conhecendo que na guerra que continuam contra Portugal, pelejam contra as disposições do supremo poder e combatem contra a firmeza de sua palavra.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> VIEIRA, Padre Antônio. *História do Futuro*. Vol III. São Paulo: Editora Formar Ltda, s. d. (Coleção Grandes Mestres do Pensamento), p. 59.

A preocupação com as conseqüências da guerra para a humanidade é uma nota forte do pensamento de Antônio Vieira. De acordo com ele, a Espanha evitaria o derramamento de sangue e os sofrimentos da guerra se lesse a sua *História do Futuro*:

Oh! Quantos danos (...) quanto sangue e perda de vidas, quantas lágrimas e opressão de naturais e estrangeiros podia escusar Espanha se com os olhos limpos de toda a paixão e afeto quisesse ler esta *História do Futuro*, e com tanto zelo e desejo de acertar com os caminhos de seu maior bem, como é o ânimo com que ela se escreve!<sup>22</sup>

Conforme Antônio Vieira, se os príncipes entendessem o quanto é inútil fazer a guerra contra Deus, muito sangue seria poupado:

Na prodigiosa batalha das linhas de Elvas, quando o duque – general primeiro ministro de Espanha – se viu tão inopinadamente, de conquistador, conquistado, as trincheiras entradas, os esquadrões rotos, os fortes rendidos, o exército desbaratado, as palavras com que se retirou, como tão prudente e tão católico capitão, foram: – *Contra Dios no valen manos*. Se este ditame tão são, tão verdadeiro e tão evidente se seguira desde aquele dia, quanto sangue que ao depois se derramou, estivera guardado nas veias ou se tivera de uma e outra parte empregado em serviço daquele grande Senhor, contra o qual não valem mãos nem validos?<sup>23</sup>

Antônio Vieira está se referindo à Batalha das Linhas de Elvas empreendida entre Portugal e Espanha, em 14 de janeiro de 1659. Um exército espanhol, liderado por D. Luís de Haio, iniciou o cerco à cidade de Elvas em 1658. O exército espanhol contava com 14 mil soldados de infantaria e 5 mil de cavalaria. O cerco durou até janeiro de 1659. Durante este período, os habitantes de Elvas sofreram ataques diretos e todas as conseqüências de um cerco. Em 14 de janeiro, um exército português composto por 8 mil infantes e 3 mil cavaleiros, comandado pelo conde D. Antônio Luís de Meneses, enfrentou o exército espanhol para defender a cidade de Elvas. Os portugueses alcançaram uma vitória retumbante sobre os espanhóis. Nesta guerra, os espanhóis sofreram inúmeras perdas. A Batalha das Linhas de Elvas foi uma das mais importantes da Guerra da Restauração. Esta batalha mostrou a Filipe IV que os portugueses estavam dispostos a lutar por sua independência e que não seria fácil retomar Portugal.

Sabemos que nos períodos de guerra há o aumento significativo da pobreza já existente. Como Antônio Vieira foi um exemplo de dedicação aos pobres, o sofrimento dos

---

<sup>22</sup> VIEIRA, s.d., op. cit., p. 59.

<sup>23</sup> ibid., p. 87.

habitantes de Elvas o sensibilizou. Na verdade, o sofrimento dos pobres durante as guerras já preocupava Antônio Vieira há muito tempo.

De fato, Antônio Vieira sofreu ao assistir a penúria dos miseráveis de Salvador, durante a invasão da Bahia pelos holandeses, em 1624. Neste ano, Antônio Vieira tinha 16 anos e era ainda um noviço da Companhia de Jesus. Neste momento turbulento o povo fugiu para os matos; com a ajuda dos padres jesuítas, a maioria dos habitantes de Salvador se espalhou pelas aldeias indígenas. Os invasores prenderam e embarcaram para a Holanda Diogo de Mendonça Furtado, o governador geral. Nisto, o quinto bispo do Brasil, D. Marcos Teixeira, assumiu o governo, adotando a forma de guerrilha para combater os invasores holandeses. Essa tática deu resultado imediato, em 1625 os holandeses foram embora. Antônio Vieira já dominava o latim tão bem que os padres jesuítas o incumbiram de relatar o terrível acontecimento na importante *Carta Ânua para o Geral da Companhia de Jesus*, de 1626. Nesta carta, o jovem noviço, com 18 anos, recordou com pesar os sofrimentos das mulheres e crianças que fugiram entre as matas na noite da invasão e a sua sorte miserável.<sup>24</sup> Em 1639, quando a armada da Bahia foi derrotada pelos holandeses, no *Sermão décimo segundo*, pregado na Sé da Bahia, Antônio Vieira lamentou os horrores dessa guerra, como o aumento da pobreza e a fome.<sup>25</sup>

Antônio Vieira era um homem humilde, dedicou os seus últimos dias de vida à evangelização e morreu pobre, em 1697, em Salvador. Segundo observa José Carlos Aleixo, “Vieira morreu pobremente, depois de levar uma vida austera, trabalhando até o final de seus dias, dedicado à evangelização. Ele é um modelo para nós”.<sup>26</sup>

Antônio Vieira acredita e defende que é Deus quem dá os reinos aos reis e os tira deles de acordo com a Sua vontade. Neste sentido, conforme veremos, a teoria ministerial do poder aparece intensamente no pensamento de Antônio Vieira. Em sua concepção, os reis são apenas ministros de Deus na terra. É Deus quem dá os reinos e o poder aos reis, sendo assim, eles devem agir de acordo com os Seus preceitos, submetendo-se totalmente a Ele, do contrário serão terrivelmente castigados.

Segundo Antônio Vieira, nos conselhos de Estado não devem entrar apenas o discurso militar e político, a fé deve ter também nele o seu lugar; “suponha-se que Deus é o que dá e tira os reinos, como e quando é servido”; deve-se conhecer a Sua vontade por meio das profecias, como é a forma como Ele se declara, então se deve obedecer-Lhe de

<sup>24</sup> Cf. AZEVEDO, tomo primeiro, op. cit., pp. 29-31.

<sup>25</sup> Cf. VIEIRA, “Sermão décimo segundo, 1639”, in CIDADE, op. cit., pp. 111-112.

<sup>26</sup> ALEIXO, entrevista, op. cit.

boa vontade, e jamais resistir-Lhe usando a força.<sup>27</sup> Antônio Vieira afirma que o príncipe que combate contra Deus recebe em troca a humilhação. Como exemplo, ele relata uma guerra da Espanha contra Portugal, 1662-1663, em que a Espanha foi humilhada:

Desembaraçadas em toda a parte as suas armas, chamou os espíritos de todo o corpo da Monarquia aos dois braços, com que Castela cerca a Portugal: viram-se juntas contra ele, em um exército, Espanha, Alemanha, Itália, Flandres, com toda a flor militar, ciência e valor daquelas belicosas nações. Mas que resultas foram as desta tão estrondosa potência e dos progressos que com ela se tinham ameaçado a nós e prometido a Europa? Entrou a guerra dividida no ano 62 por todas nossas províncias, em todas achou oposição igual e efeito superior; uniu-se no ano seguinte com novo conselho o poder; acrescentou-se de gente, de cavalos, de cabos, de aparatos bélicos; escolheu-se para teatro daquela formidável campanha a Província de Alentejo; começou a tragédia com prósperos e alegres passos, triunfando dos que não podiam resistir às armas castelhanas; mas o fim foi tão adverso, tão lastimoso e verdadeiramente trágico como viu com admiração o Mundo e chorará eternamente Castela: perdeu a batalha, o exército e a reputação; deixou a Portugal a vitória, a fama, os despojos e só levou [como sempre] o desengano.<sup>28</sup>

Antônio Vieira está certo de que se o católico rei da Espanha estivesse convencido de que Deus havia decretado a conservação e perpetuidade de Portugal, ele teria desistido da guerra que empreendia contra este reino, pois saberia que não se deve ir contra os decretos divinos. Ao tomar conhecimento dos futuros de Portugal decretados por Deus, o rei e seus conselheiros perceberiam os erros de suas esperanças humanas que são tão enganosas quanto vãs contra as promessas divinas. Os reis poderiam evitar muitas guerras inúteis se inserissem em seus conselhos espelhos em que neles pudessem ver os futuros. “Tal é este livro ó Espanha, que também a ti dedico e ofereço: aqui verás os futuros de Portugal e tudo o que podes esperar dele em sua conquista”.<sup>29</sup>

Segundo Antônio Vieira, os profetas têm o poder de edificar reinos profetizando a sua exaltação, como também arruiná-los profetizando a sua ruína:

Se as profecias resolutamente dizem que os reinos se hão de perder ou arruinar, aparelhem-se sem remédio para sua ruína; e se dizem que se hão de estabelecer e exaltar, criam sem dúvida sua conservação e aumento.<sup>30</sup>

Desta forma, os reis e os reinos devem observar atentamente aos sinais do céu, pois muitos reis e reinos esperam onde deviam temer e assim erram e perecem. É impossível a um rei alcançar a vitória pelas armas quando a vitória está assegurada a outro rei pela

<sup>27</sup> Cf. VIEIRA, s. d., op. cit., p. 59.

<sup>28</sup> *ibid.*, pp. 60-61.

<sup>29</sup> *ibid.*, p. 71.

<sup>30</sup> *ibid.*, p. 72.

profecia. Se os reis temessem as profecias como se deve eles desistiriam de uma guerra cuja vitória já estaria assegurada a outro.<sup>31</sup>

Antônio Vieira recorre ao exemplo do prudente Ciro, rei da Babilônia, que entendeu as profecias de Jeremias como também as de outros profetas, segundo as quais Deus não queria que a sujeição dos israelitas ao seu império durasse mais de sessenta anos, e por isso os libertou, mandando-os de volta a sua pátria.<sup>32</sup> “Contentou-se o gentio com o que Deus se contentava e não quis perpetuar a servidão quando Deus tinha limitado anos ao castigo”.<sup>33</sup> Para Antônio Vieira, o caso de Portugal só não é totalmente semelhante ao da Babilônia porque o ato do rei da Espanha para a libertação de Portugal não foi voluntária como a de Ciro:

Oh que caso ao nosso caso! Oh que ação tão digna de se santificar e fazer cristã passando a de um rei gentio a um rei católico! Quis Deus por seus altos juízos que Portugal perdesse a soberania de seus antigos reis e que sua coroa, ajuntando-se às outra de Espanha, estivesse sujeita a rei estrangeiro; mas esta sujeição a este castigo não quis o mesmo Deus que fosse perpétuo senão por tempo determinado e limitado, e que este termo e limite fosse o espaço só de sessenta anos. Assim o diziam as profecias e assim o provou com admirável consonância o cumprimento delas; só faltou, para total semelhança no caso de Babilônia e para imortal glória de Ciro de Espanha, que a ação fosse voluntária e não violenta, sua e não dos portugueses.<sup>34</sup>

Como o rei e os portugueses da época, Antônio Vieira acreditava que a restauração da monarquia portuguesa havia ocorrido pela intervenção divina. Ele cita várias profecias que previram a sujeição de Portugal à Castela por sessenta anos e que essa sujeição chegaria ao fim no ano de quarenta: ele cita a profecia do religioso português da Ordem de S. Domingos, São Frei Gil; a profecia de São Bernardo, numa carta escrita ao rei D. Afonso Henriques, em 1136; lembra ainda que outras pessoas predisseram que, além da sujeição à Castela e sua libertação no ano de quarenta, o novo rei aclamado pelos portugueses nesse ano seria chamado D. João.<sup>35</sup> E então Antônio Vieira adverte o rei espanhol,

Se Deus não quis que a sujeição de Portugal a Castela fosse perpétua, porque não de querer e porfiar os homens em que o seja? Se Deus limitou esta sujeição ao termo de sessenta anos, por que se não não de conformar com o que Deus se contentou? Por que se não verá

---

<sup>31</sup> Cf. VIEIRA, s.d., op. cit., p. 72.

<sup>32</sup> *ibid.*, pp. 72-73.

<sup>33</sup> *ibid.*, p. 73.

<sup>34</sup> *ibid.*

<sup>35</sup> Cf. *ibid.*, pp. 73, 75- 76.

no católico Ciro de Espanha um ato de tanta justiça e generosidade, e de tanto rendimento e obediência a Deus, como se viu no Ciro de Babilônia? Se Deus lhe deu o usufruto de Portugal por prazo somente de sessenta anos, e estes são acabados, por que se há de querer chamar ao domínio e prescrever contra o Céu.<sup>36</sup>

Antônio Vieira chama a atenção de Filipe IV para o fato de que os reis justos que obedecem a Deus abrindo mão de uma parte de seu império, restituindo assim um outro reino, recebem outros reinos ainda maiores por recompensa, ampliando ainda mais o seu império e monarquia, tamanha é a bondade de Deus aos reis que Lhe obedecem. Por outro lado, os reis ambiciosos, injustos e desobedientes são terrivelmente castigados por Deus lhes tirando a monarquia:

Se lhe parece coisa dura arrancar de sua coroa uma jóia tão preciosa como o Reino de Portugal, reparem seus prudentes e católicos conselhos que o não era menos naquele tempo, nem menos conhecido e celebrado no Mundo, o Reino de Judá, e que Ciro, rei ambicioso, arrogante e gentio, nem duvidou de o demitir de seu império. Quanto mais que este ato de consciência, religião e cristandade, e por este Reino que Castela restituir ou consentir a Deus [pois ela tem já restituído] lhe pode Deus dar outros maiores e mais dilatados, com que enriqueça e sublime sua coroa e amplifique o império de sua monarquia, como sucedeu ao mesmo Ciro. Por aquele ato de generosidade e desinteresse foi Ciro tão amado de Deus que lhe chamava o ‘meu rei’, o ‘meu ungido’, o ‘meu Cristo’, o ‘meu Ciro’; e pelo merecimento deste obséquio e rendimento à vontade divina lhe deu Deus em um dia o Império dos Assírios, que era a primeira monarquia e universal do Mundo, como o mesmo Ciro reconheceu havê-lo recebido da sua mão. Tão liberal é Deus com os seus príncipes que não regateiam reinos nem estados com ele; e por um reino de tão poucas léguas de terra, qual era o de Judéia [igual com pouca diferença, ao de Portugal] dá em prêmio e recompensa a monarquia de todo o Mundo. Tais são os interesses [quando houvera algum maior que o de obedecer a Deus] que Espanha podia esperar do desinteresse deste ato, podendo de outra maneira [para que não caemos esta verdade] temer justissimamente que à resolução e porfia contrária sucedem efeitos também contrários. Se por um ato de justiça, desinteresse e obediência dá Deus uma monarquia, por um ato de injustiça, ambição e desobediência também, poderia tirar outra. E já a ordem das coisas naturais as teve menos dispostas a uma grande ruína.<sup>37</sup>

Percebe-se que o providencialismo divino se faz constante em Antônio Vieira. A idéia de que Deus rege a história dos homens aqui na terra cabendo aos reis apenas seguir os Seus decretos. A concepção de que os reis são canais entre Deus e os homens, agindo direito, submetendo-se a Sua vontade, eles atrairão as graças de Deus a eles e ao reino, do contrário, receberão os castigos dos céus.

Antônio Vieira busca advertir o rei espanhol que é impossível vencer a Portugal, já que não se pode ir contra os decretos de Deus:

---

<sup>36</sup> VIEIRA, s.d., op. cit., p. 76.

<sup>37</sup> *ibid.*, pp. 76-77.

Considere Castela contra quem peleja e conhecerá quão impossível é a empresa a que aspira; acabe de entender que não peleja contra Portugal, senão contra a firmeza da palavra e promessas divinas. Talar as nossas campanhas, vencer em batalha os nossos exércitos, sitiá-las as nossas cidades, bater, minar, escalar e arruinar as nossas muralhas, bem pode ser; mas fazer brecha na firmeza da palavra divina é impossível; não há muro tão gastado da antiguidade e tão fraco em Portugal em cujas pedras não esteja escrito com letras de bronze: *Verbum Domini Manet in aeternum*. Reparem os famosos capitães de Castela e considerem seus prudentíssimos e experimentados conselheiros, apartando os olhos por um pouco de Portugal, se se acham seus exércitos com forças e poder bastante para conquistar Europa, para sujeitar todas as quatro partes do Mundo e ainda para escalar, como filhos do sol, o Céu e tirar dele a Júpiter; pois saibam que mais fácil será conquistar Europa, o Mundo e o mesmo Céu Empíreo do que vencer e sujeitar Portugal defendido e armado [como está] com as promessas divinas: *Coelum, et terra transibunt, verba autem mea non praeteribunt*. Pelejem primeiro contra a firmeza da palavra de Deus, batam, abalem, derrubem, desfaçam este castelo e, depois dele rendido, então poderão conquistar Portugal.<sup>38</sup>

Segundo Antônio Vieira, se os reis perguntassem aos poderosos reis Acab, Benedad e Sinecherib que com seus potentes e numerosos exércitos não conquistaram respectivamente Ramoth, Samaria e Jerusalém a resposta seria porque estas cidades estavam protegidas pelas profecias de Miquéias, Eliseu e Isaías.<sup>39</sup> Após citar exemplos da Sagrada Escritura e profecias canônicas, Antônio Vieira pede para que o rei de Espanha e seus conselheiros ouçam às da *História do Futuro* que, apesar de ser de uma autoridade inferior, foram ditadas pelo mesmo espírito:

Se a conservação, a liberdade e perpetuidade, as vitórias e outros maiores triunfos de Portugal estão também escritos com as mesmas letras e ditados pelo mesmo espírito, que esperança ou desesperação é pretender conquistar a Portugal? Ó, acabe de entender Castela quem defende Portugal e contra quem peleja! Com mui desigual inimigo se toma quem quer guerrear contra Deus. Não é nem pode ser nossa intenção diminuir as forças de Espanha, nem escurecer a grandeza de sua potência, tão conhecida do Mundo todo, e tão temida e reverenciada de seus inimigos e invejada de seus êmulos. Mas é força que ela e nós confessemos que são maiores os poderes de Deus e que, assistida deles, a desigualdade de Portugal pode resistir e prevalecer contra Espanha, como lhe tem resistido e prevalecido em tantos anos.<sup>40</sup>

Antônio Vieira acredita que os reis que empreendem guerras justas recebem a proteção divina enquanto que aqueles que fazem a guerra injusta não podem contar com essa proteção natural. Por meio de uma comparação direta entre a libertação de Portugal da Espanha à dos israelitas em relação ao Faraó, Antônio Vieira chama a atenção do monarca

---

<sup>38</sup> VIEIRA, s.d., op. cit., p. 83.

<sup>39</sup> Cf. *ibid.*, pp. 83-84.

<sup>40</sup> *ibid.*, p. 84.

espanhol e de seus conselheiros que ninguém pode vencer a um príncipe quando este recebe a ajuda de Deus. O príncipe que faz a guerra contra um príncipe ajudado por Deus não guerreia somente contra ele, mas também contra o próprio Deus:

Não foi só a espada de Gedeão nomeada pelo seu braço e pelo de Deus juntamente: *Gladius Domini, et Gedeonis*. Contra a espada de Gedeão naturalmente parece que havia de prevalecer o exército madionitas; mas contra a espada de Gedeão e de Deus nenhum poder humano pode prevalecer. Não peleja Castela só contra os exércitos de Portugal, mas contra o Senhor dos exércitos. No dia memorável da restituição de Portugal [ou fosse milagre ou mistério] é certo que a imagem de Cristo crucificado despregou publicamente o braço às portas daquele Santo Português, que tem por graça própria sua recuperar o perdido. Contra o braço estendido de Deus, que força há que possa prevalecer, nem ainda resistir? Este é aquele braço onipotente, que tira os poderosos do trono e levanta a ele os humildes ou humilhados, como fez naquele dia. Grande glória é de Portugal ter em seu favor o braço de Deus; mas não foi menos honra e autoridade de Castela, que fosse necessário o braço de Deus a Portugal para se libertar da sua sujeição. Menos que o braço e menos que toda a mão de Deus, bastou para livrar o povo de Israel do poder do grande Faraó: – ‘o dedo de Deus é este’ – lhe disseram os seus sábios: *digitus Dei est hic*; e verdadeiramente foi grande dureza de entendimento imaginar Faraó que podiam prevalecer seus exércitos contra um dedo da mão de Deus, quanto mais contra toda a mão. Assim lho remoqueou Moisés, quando escreveu aquela história: *induravit Dominus cor Pharaonis Regis Egypti, et persecutus est filios Israel, at illi egressi erant in manu excelsa*. Notem muito estas últimas palavras os reis e seus conselheiros. *At illi egressi erant in manu excelsa*. Se a mão do Altíssimo é a que assistiu aos libertados quando eles saíram do cativeiro, em vão se cansa Faraó em tirar carruagens, cavalarias e exércitos contra eles, se não é que o juízo divino os leva ao Mar Vermelho e os chama lá alguma oculta fatalidade. Bem se viu nesse caso tão horrendo quão gravemente se ofende Deus de que ninguém presuma cativar a quem ele liberta.<sup>41</sup>

Antônio Vieira lembra ao rei da Espanha e seus conselheiros que é Deus quem faz e desfaz impérios e reinos, sendo assim, somente Ele pode desfazê-los e restituí-los:

Falemos e ouçamos como católicos. O que Deus faz, só Deus o pode desfazer; o que ele levanta, só ele o pode derrubar. (...) Bem sabe Castela (...) que Portugal, com singularidade única entre todos os reinos do Mundo, foi reino dado, feito e levantado por Deus naqueles mesmos campos e naquela mesma província, onde todos os anos trabalham e batalham os homens pelo derrubar, pelo desfazer e pelo tirar a quem foi dado. Se Deus o deu, como o podem os homens tirar? Se Deus o fez, como podem os homens desfazer? Se Deus o levantou, como o podem os homens derrubar? E se Deus prometeu que na décima sexta geração atenuada poria os olhos nela para restituí-lo, como há quem tanto, à vista dos olhos de Deus, queira triunfar sobre suas promessas e irritar seus decretos?<sup>42</sup>

A fim de reforçar os seus argumentos, a este respeito, Antônio Vieira recorre ao Juramento d’El-rei D. Afonso Henriques:

---

<sup>41</sup> VIEIRA, s. d., op. cit., p. 85.

<sup>42</sup> *ibid.*, p. 86.

Naquela noite em que Cristo, por sua própria pessoa, fundou o Reino de Portugal, aparecendo e falando ao seu primeiro rei, disse: *ego aedificator, et dissipator Regnorum, atque Imperiorum sum: volo enim in te, et in semine tuo Imperium mihi stabilire, ut deseratur nomen meum in exteris nationes*. ‘Eu sou o fundador e destruidor dos reinos e dos impérios: e quero em ti e em todos os teus descendentes fundar um império para mim, pelo qual o meu nome seja levado às nações estrangeiras’. Se Deus é o monarca supremo e universal, que funda e desfaz os reinos e os impérios, e com tão especial solenidade fundou por sua própria pessoa nos reis portugueses de Portugal, quem haverá que não seja o mesmo Deus, que o possa desfazer e dissipar? Ponderem-se muito aquelas três cláusulas: *in te - mihi stabilire*. Se Deus o fundou em nós, *in te*, quem o poderá arrancar de nós? Se Deus o quis para si, *mihi*, como o poderá ser de outrem? E se Deus prometeu de estabelecê-lo, *stabilire*, como o podem os homens arruinar?<sup>43</sup>

Antônio Vieira busca mostrar ao príncipe que ele não deve valorizar a glória, já que esta virtude somente tem valor para os homens e não diante de Deus. Pelo contrário, o que mais conta diante de Deus é o rei submeter-se a Sua vontade, sendo humilde e estabelecendo a paz no mundo, no caso. Antônio Vieira chama a atenção de Filipe IV que ele não deve ouvir os conselhos dos homens que dizem que ele não deve desistir de Portugal, pois a sua reputação ficaria abalada diante do mundo. Antônio Vieira procura mostrar ao monarca que se desistir desta guerra e estabelecer a paz com Portugal, obedecendo a vontade de Deus, estará ganhando e acrescentando a verdadeira reputação, a que realmente conta diante d’Ele:

Contra a evidência e fé desta razão, que não tem resposta, costuma atravessar o Demônio aquela torpeza do Inferno a que os homens, com nome especioso e significação verdadeira, infernal, chamaram – reputação; dizem que não convém à reputação do grande monarca da Espanha desistir da empresa de Portugal, não pelo que ele é mas pelo que dirá o Mundo (...). E quando concedêssemos aos políticos que para vaidade fantástica da opinião se deixam arrastar tantos respeitos sólidos e verdadeiros, como eles falsamente ensinam, em nenhum caso da paz e recíproca desistência das armas esteve mais segura e mais honrada a reputação de Espanha e de seu grande monarca, que no da guerra presente; pelo mesmo fundamento, e único em que se funda todo este discurso, em ceder, obedecer a Deus e não resistir a sua vontade conhecida, nunca se perde nem pode perder reputação, antes se ganha a maior e mais qualificada de todas; porque se a reputação consiste no juízo dos homens, nenhum juízo haverá no Mundo católico, político, nem ainda gentílico, que não estime e venere uma tal ação pela mais cristã, mais justa, mais prudente, mais generosa, mais heróica de quantas honraram a memória dos maiores príncipes.<sup>44</sup>

Conforme Antônio Vieira, o príncipe cristão deve obedecer a Deus, submetendo-se sempre a Sua vontade; já que resistir à vontade de d’Ele é considerado um ato indigno até mesmo aos príncipes gentios:

<sup>43</sup> VIEIRA, s. d., op. cit., p. 86. Trata-se de citação do sermão para o sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda; texto integral: *volo enim in te et in semine tuo imperium mihi stabilire*.

<sup>44</sup> *ibid.*, p. 87.

Quando Moisés foi notificar, da parte de Deus, a el-rei Faraó, que desse liberdade ao povo de Israel, que há tantos anos tinha debaixo de seu domínio, o que respondeu foi: *nescio Dominum, et Israel non dimittam*. – ‘Não conheço esse Deus e não hei de demitir a Israel’. Não disse que não queria obedecer a Deus, senão que o não conhecia; porque o príncipe que conhece a Deus, ainda que seja tão bárbaro e arrogante como Faraó, e em matéria de tanto peso e interesse, como demitir de si o domínio de uma nação inteira e tão populosa, não pode duvidar de obedecer e se sujeitar à sua vontade; e porque Faraó o não fez assim, ainda que gentio e sem conhecimento de Deus, a reputação que granjeou com aquela teimosa resolução é a que hoje tem no Mundo e terá enquanto durarem os livros sagrados; de bárbaro, de néscio, de obstinado, de ímpio rei e de inimigo e destruidor [como foi, por isso mesmo] de seu império. Resistir a uma razão tão evidente, como a que diz: – ‘Assim o que Deus!’ – É tão indigna e tão afrontosa resistência que nenhuma razão de Estado a pode justificar, ainda que se perdesse o mesmo Estado.<sup>45</sup>

Segundo Antônio Vieira, ao obedecer a Deus os reis não perdem reputação, pelo contrário, ganham-na. Os reis devem obedecer a Deus, pois Deus possui o total domínio sobre os reinos e impérios podendo dá-los, tirá-los ou dividi-los quando Lhe convir:

Assim como o vassalo nunca pode perder a honra e reputação, senão ganhá-la em obedecer ao rei, o rei nunca pode perder em obedecer a Deus, senão ganhá-la, segurá-la e acrescentá-la muito. E se buscarmos a raiz desta verdadeira razão, achá-la-emos sem muito cavar no supremo domínio de Deus, que como Senhor absoluto dos reinos e dos impérios os pode dar e tirar inteiros, quando Lhe parecer, e também dividi-los e parti-los quando é servido. Davi (...) começou com parte do Reino de Israel, e depois inteirou-lhe Deus o Império e reinou sobre toda a Judéia. Seu filho Salomão logrou o mesmo império inteiro pacificamente. Seu neto Roboão entrou no império também inteiro, mas em seu reinado lho dividiu Deus, e deu parte dele a Geroboão. O mesmo sucedeu ao Império de Espanha nos últimos três reis dela. Filipe II começou a reinar com parte e depois, com a união e sujeição de Portugal, inteirou-lhe Deus o império de toda Espanha. Seu filho, Filipe III, logrou o mesmo império inteiro pacificamente. Seu neto, Filipe IV, entrou no império também inteiro, mas em seu reinado lho dividiu Deus e deu a Portugal a parte que Lhe pertencia.<sup>46</sup>

No que diz respeito à divisão dos reinos e impérios, de acordo com Antônio Vieira, esta é primeiramente profetizada pelos profetas e depois executada por Deus; tal é a importância dos profetas, dentre os quais acredita estar incluído. Para Antônio Vieira, os reis devem aceitar que Deus tire parte de seu reino, submetendo-se sempre a Sua vontade, haja vista que são apenas seus representantes aqui na terra. Segundo Antônio Vieira, assim como Roboão aceitou que Deus dividisse o seu império de Israel dando parte dele a um outro rei, Filipe IV deve seguir o seu exemplo aceitando que Deus divida o império da Espanha, tirando dele o reino de Portugal:

---

<sup>45</sup> VIEIRA, s. d., op. cit., pp. 87-88.

<sup>46</sup> *ibid.*, pp. 88-89.

Antes do Reino de Israel se dividir entre Roboão e Geroboão, tomou o profeta Aías a sua capa cortada em doze partes, e destas doze deu dez a Geroboão, em sinal de que Deus lhe queria fazer rei de dez tribos de Israel. Note-se aqui, e note-se muito, que os profetas são os que dividem os reinos e os repartem; eles os dividem primeiro profetizando, e depois Deus executando; e se o profeta Aías pôde partir a sua capa e dar parte dela a el-rei Geroboão e parte a el-rei Roboão, porque não poderá Deus partir também a sua e, da púrpura inteira que tinha dado ou emprestado a um rei, cortar um retalho para vestir e coroar outro? Ah! se os reis e monarcas considerassem que as púrpuras que vestem lhas empresta Deus de seu guarda-roupa, para que representem o papel de reis enquanto ele for servido! E se o Roboão de Israel se contenta com que lhe tire dez partes do reino e lhe deixem uma [assim o diz expressamente o Texto Sagrado: *[porro una Tribus remanebit ei]*], porque a tribo de Benjamim, que ficou a Roboão juntamente com a de Judá, por sua pouquidade não fazia número, e era outro Algarve em respeito de Portugal; e se o Roboão de Israel [como dizia] se contenta com que lhe tirem dez tribos e lhe deixem uma só parte, porque se na contentaria o Roboão de Espanha quando lhe tire o mesmo dono um reino, se lhe deixa dez? Oh, como se pode temer que chame Deus ingratidão ao que os homens chamam reputação! A maior reputação de um príncipe que conhece a Deus e reconhece seu supremo domínio, é dizer como Eli, ainda quando se visse despojado de tudo: *dominus est, quod bonum est, in oculis suis faciat.*<sup>47</sup>

Como vimos, no livro ante primeiro da *História do Futuro*, Antônio Vieira recorre à Bíblia, sobretudo ao Antigo Testamento, para melhor justificar os seus argumentos. Além da Bíblia, Antônio Vieira também busca apoio em Santo Agostinho. Ele utiliza os reis antigos como modelos a serem seguidos ou repudiados pelos príncipes cristãos do século XVII, particularmente Filipe IV. Antônio Vieira estabelece uma comparação direta entre as conseqüências dos atos dos reis do Antigo Testamento às do rei espanhol do século XVII, sem observar as diferenças desses tempos históricos tão distantes.

Antônio Vieira foi um grande apoiador da independência de Portugal. No período em que trabalhou diretamente para a Coroa portuguesa, como conselheiro de D. João IV, Antônio Vieira empenhou-se em ajudar o monarca na manutenção e fortalecimento da monarquia portuguesa. Além disso, ele tinha uma grande estima pelo rei que o havia admirado, prestigiado e apoiado, desde o dia em que o conheceu até a sua morte. Antônio Vieira concebeu o livro ante primeiro num momento conturbado, em que se encontrava nos cárceres da Inquisição, e a Espanha ainda não havia reconhecido a independência de Portugal e tentava reavê-lo.

Neste sentido, no livro ante primeiro da *História do Futuro*, por meio das profecias e exemplos bíblicos descritos na literatura sagrada do Antigo Testamento, Antônio Vieira mostra a Filipe IV as profecias a respeito de Portugal que se concretizaram, no caso a restauração da monarquia portuguesa em 1640, para convencê-lo a acreditar nas profecias

---

<sup>47</sup> VIEIRA, s. d., op. cit., pp. 89-90.

futuras que ele lhe apresenta em sua obra e aceite a independência de Portugal, concedendo-lhe a paz.

### ***O pacifismo em Antônio Vieira***

O preço da glória internacional para um monarca moderno é um problema que aflige Antônio Vieira nos tempos instáveis da transição da dominação espanhola para a restauração portuguesa.

Em sua árdua batalha para que Filipe IV concluísse a paz com Portugal, Antônio Vieira esforça-se no livro ante primeiro de sua *História do Futuro* para fazer entender ao monarca espanhol que a maior reputação e glória de um príncipe não consistem no reconhecimento dos homens aqui na terra, mas sim em fazer a vontade de Deus:

E se esta razão, ainda em termos tão apertados, é sempre verdadeira, quanto mais no caso presente, em que a grandeza de Espanha e sua potência é o maior seguro de sua reputação? Pedir paz quem se não pode defender da guerra poderá ser menor crédito, mas dar a paz, não porque a há mister, senão porque a quer dar quem pode fazer, e apartar a guerra, sempre é generosidade, honra, reputação e glória. O grande poder é muito confiado. Poder pôr em campo doze legiões de anjos e mandar embainhar a espada a Pedro foi a maior glória do poder supremo. Não pode dar mais a fortuna a um príncipe que poder o que quer; nem pode exceder um príncipe essa mesma fortuna mais que não querendo o que pode; e não poder querer o que Deus não quer, ainda é um ponto mais alto sobre a grandeza. Mas se em toda a idade tem decência e decoro a gentileza desta resolução, nos maiores anos ainda é incomparavelmente maior. Pelejam os pastores de Abraão com os de Ló, os do tio com os do sobrinho: Abraão, que foi o que apartou a demanda, não quis pelejar sobre a terra, quando os anos o chamavam mais para o Céu. Oh! Poderosíssimo monarca Felipe IV, o Grande! Dai licença para que tenham entrada a vossos ouvidos os ecos destas últimas cláusulas, não de meu discurso senão de meu desejo (...) que se não derrame sangue cristão e sobre cristão espanhol, pois é aquele de que mais puramente se alimenta a Santa Madre Igreja e de quem a cabeça dela recebe os espíritos, com que vivifica e anima seus mais distantes membros.<sup>48</sup>

Antônio Vieira aproveita-se do fato de Filipe IV estar no leito de morte para recordar-lhe que a maior preocupação de um cristão deve ser com a salvação de sua alma. Lembra-lhe do fato de que ele é apenas o ministro de Deus aqui na terra e deve agir conforme os Seus desígnios, deixando o mundo pacificado, particularmente concluindo um acordo de paz que assegure as conquistas de Portugal:

A maior façanha de Carlos, vosso avô, com que coroou todas as suas, foi saber morrer. Mereceste na vida o título de Grande, maior sereis no fim dela, se ao de grande

---

<sup>48</sup> VIEIRA, s.d., op. cit., p. 90.

acrescentares o de justo. Não se pode pagar a Deus o que é de Deus, sem dar a César o que é de César; e seria grande desgraça perder o Reino eterno por um temporal, já perdido. (...) Grande sinal é de predestinação de um príncipe que faça Deus por ele as restituições que nem seus predecessores fizeram nem ele havia de fazer. Felicidade é levar já abatida das contas que se hão de dar a Deus uma partida tão grossa como o Reino de Portugal e suas Conquistas (...). O tratado de uma boa e justa paz podia ser uma bula de composição geral, com que se levassem purgados todos estes encargos: não queirais levar sobre vós e deixar sobre vossos filhos, por cima de tanto sangue derramado, o que ainda se pode derramar. Lembrai-vos, Senhor, debaixo de que nascestes; e seja este o último suspiro de nosso afeto; nascestes no dia em que morreu o Rei dos Reis e Monarca Supremo do Mundo para dar exemplo de morrer a príncipes: ponde os olhos neste soberano exemplo, firmai o título de rei com o de católico, pois sempre prezastes mais o de católico que o de rei; seja parte do sacrifício a repartição das vestiduras, e leve embora a túnica àquele a quem coube em sorte; e faça-se tudo diante de vossos olhos, antes que os fecheis. Se vos parece amargoso este trago, gostai o fel e não o passeis da boca: com esta obra tão consumada podeis entregar a alma segura nas mãos do Padre, que é Rei e Senhor, o que só importa, com uma inclinação de cabeça podeis deixar pacificado o Mundo: deixai a paz por herança à vossa esposa. Esta será a maior prenda do vosso amor, este o troféu maior de vossas vitórias!<sup>49</sup>

Antônio Vieira buscava lembrar a Filipe IV que ele devia colocar a salvação de sua alma em primeiro plano. Aliás, esta não era apenas uma preocupação do mundo eclesiástico. Assim como os homens do século XVI, a maior preocupação dos homens do século XVII era com a vida após a morte, portanto, em salvar a sua alma.

Antônio Vieira foi um estadista engajado na luta para o fortalecimento da monarquia portuguesa, por meio da paz. Isto fica muito evidente em sua missão do acordo entre Portugal e Holanda. Os holandeses que não se conformavam em ter perdido Pernambuco aos portugueses, pretendendo reconquistá-lo, queriam uma indenização pela perda. Antônio Vieira sugeriu que D. João IV entregasse Pernambuco aos holandeses em troca da paz. Em seu entendimento, valia a pena ter novamente a Holanda como uma aliada de Portugal contra a Espanha garantindo assim a paz e a segurança de todo o império português que se desejava restaurar e fortalecer, mesmo que para isso fosse preciso deixar Pernambuco aos holandeses. A sugestão de Antônio Vieira foi vista com maus olhos por seus inimigos jesuítas que o acusaram de traidor.

Consideramos que a paz foi uma preocupação constante em Antônio Vieira. Quando incitava os reis de Portugal à conservação e ampliação de suas conquistas, como também celebrava as vitórias alcançadas pelos portugueses contra os inimigos espanhóis e holandeses, a preocupação de Antônio Vieira não era em aumentar a glória dos reis. Em sua concepção, estes eram meios de se obter a paz.

---

<sup>49</sup> VIEIRA, s.d., op. cit., pp. 91-92.

## Guerras justas

O que pensava Antônio Vieira a respeito das guerras defensivas, em seu livro ante primeiro da *História do Futuro*, concebido entre 1664 e 1665? Antônio Vieira compartilha da idéia defendida pelo meio eclesiástico, ao qual pertencia, de que um dos justos motivos de fazer a guerra é quando o príncipe a faz “para se libertar de um jugo injustamente imposto, para vingar sua liberdade oprimida”, conforme afirma o bispo francês Bossuet, em sua *Politique*, também escrita no século XVII.<sup>50</sup> Antônio Vieira deixa bem claro quais são os destinatários desta parte do livro ante primeiro da *História do Futuro*: o rei D. Afonso VI e os portugueses.

Desde 1649, quando começou a esboçar a sua *História do Futuro*, Antônio Vieira atribuía ao rei D. João IV o império do mundo. Em 1656, do Maranhão, Antônio Vieira recebeu a notícia da morte deste rei por quem nutria sincera afeição. Essa notícia foi um terrível golpe para ele. Antônio Vieira acreditava que o rei ressuscitaria para cumprir a sua missão de governar o mundo. Ele deixou isso bem claro no texto intitulado *Esperanças de Portugal*, escrito em 1659. Mas depois suas esperanças foram transferidas para D. Afonso VI. A partir de 1664, Antônio Vieira passou a crer que ao novo rei é que caberia governar o mundo. O fato é que neste ano apareceu um cometa no céu. Houve desequilíbrios climáticos em 1665. E, sobretudo, a aproximação do ano 1666 deixou exaltados todos aqueles que aguardavam acontecimentos escatológicos.<sup>51</sup>

Antônio Vieira defende que os príncipes que empreendem uma guerra justa recebem a ajuda de Deus nos campos de batalhas. Ele recorre à Bíblia, particularmente ao Antigo Testamento, para demonstrar que um príncipe que confia em Deus pode vencer um exército bem mais poderoso que o seu. Segundo Antônio Vieira, quando os filisteus avançaram sobre o povo de Israel, com um exército numeroso e potente, os soldados israelitas se esconderam “por todos os (...) lugares mais ocultos e secretos, que pode inventar o medo e a necessidade”.<sup>52</sup> No entanto, segundo ele, o príncipe Jônatas, filho do rei Saul, consultou a Providência Divina, por meio de um oráculo e, confiando na verdade da profecia que venceria a guerra, apenas com a ajuda de seu companheiro, lançou-se sobre

---

<sup>50</sup> BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Saint*. Genève: Droz, 1967. (Edição crítica com introdução e notas de Jacques Le Brun), p. 322.

<sup>51</sup> Cf. DELUMEAU, op. cit., p. 188.

<sup>52</sup> VIEIRA, s.d., op. cit., pp. 47-48.

o exército inimigo. Nisto houve uma grande confusão, os filisteus atacavam uns aos outros achando que eram soldados israelitas, e depois fugiram.<sup>53</sup> E Antônio Vieira acrescenta,

Conhece-se, enfim, com imortal glória de Jônatas os autores de tão estupenda façanha, bastando só dois homens, animados da confiança de uma profecia, para porem em fugida o mais poderoso exército e alcançarem a mais desigual e prodigiosa vitória.<sup>54</sup>

Após recorrer a exemplos dos reis do Antigo Testamento e do Império Romano, particularmente de Alexandre, Antônio Vieira, então, apresenta o exemplo de Portugal, em que os portugueses, confiantes em Deus, para defender a sua pátria, enfrentaram os mouros invasores com um exército mais poderoso que o seu e alcançaram a vitória nesta difícil batalha:

Os exemplos que temos domésticos (...) não são menos admiráveis que os estranhos, assim nas batalhas como nas conquistas. Era tão inumerável a multidão de sarracenos que, debaixo das luas de Ismael e dos outros quatro reis mouros, inundaram os campos de Guadiana, com intento de tomar Portugal naquele dia fatalíssimo, o primeiro de nossa maior fortuna, que justamente estavam temerosos os poucos portugueses e seu valoroso príncipe duvidoso se aceitaria ou não a batalha; mas como o velho Ermitão, intérprete da Divina Providência, visto primeiro em sonhos e depois realmente ouvido e conhecido lhe assegurou da parte de Deus a vitória, com aquelas tão expressas e animadas palavras: *vinces Alphonse, et non vinceris*; socorrido o animoso capitão e fortalecido o pequeno exército com esta promessa do Céu sem reparar em que era tão desigual o partido, que para cada lança cristã havia no campo cem mouros, resolveu intrepidamente dar a batalha. Na manhã, pois, da mesma noite em que tinha recebido a profecia, acomete de frente a frente ao inimigo, sustenta quatro vezes o peso imenso de todo seu poder, rompe os esquadrões, desbarata o exército, mata, cativa, rende, despoja, triunfa; e alcançada na mesma hora a vitória e libertada a Pátria, pisa glorioso as cinco coroas mauritanas e põe na cabeça [já rei] a portuguesa.<sup>55</sup>

De acordo com Antônio Vieira, os portugueses devem o seu valor na confiança da profecia. Portugal vivia sessenta anos sob o domínio da Espanha. Confiante na profecia que há algum tempo vinha anunciando que no ano de 1640 Portugal se libertaria do jugo e aclamaria um novo rei, despojado e sem nenhuma ajuda lançou-se sobre o monarca mais poderoso do mundo, conseguindo realizar tão difícil empreendimento:

Finalmente esta última resolução que no ano de quarenta assombrou o Mundo, posto que muito o devamos à ousadia do nosso valor muito mais a deve o nosso valor à confiança de nossos vaticínios. Que valor sisudo, prudente e bem aconselhado se havia de atrever a uma

---

<sup>53</sup> Cf. VIEIRA, s.d., op. cit., p. 48.

<sup>54</sup> *ibid.*

<sup>55</sup> *ibid.*, p. 52.

empresa tão cercada de dificuldades, como levantar-se contra o mais poderoso monarca do mundo, e restituir-se à sua liberdade e aclamar novo rei não longe, senão dentro de Espanha, um reino de grandeza tão desigual sobre sessenta anos de cativo e despojado, sem armas, sem soldados, sem amigos, sem aliados, sem assistências, sem socorros, só, e até de si mesmo dividido em tão distantes partes do Mundo? Mas como havia outros tantos anos que a profecia estava dando brados aos corações, em que nunca se apagou o amor da Pátria e a saudade do rei, o zelo da liberdade, dizendo, e publicando a todos que o desejado tempo dela havia de chegar no ano felicíssimo de quarenta, em que o novo rei seria levantado. A promessa, que sempre a conservou nos corações, o levantou no seu tempo nas vozes e ela foi a que deu o rei ao Reino, o Reino à Pátria, a Pátria aos portugueses e Portugal a si mesmo, e este seja entre todos o maior exemplo, assim das nossas guerras como das nossas conquistas.<sup>56</sup>

Conforme Antônio Vieira,

É (...) tão poderoso contra todos os impossíveis o conhecimento e fé do que há de ser representado no espelho das profecias, que nenhuma empresa pode haver tão desigual, nenhuma tão armada de perigos, nenhuma tão defendida de dificuldades que debaixo do escudo desta confiança se não intente, se não avance, se não prossiga, se não vença.<sup>57</sup>

Segundo Antônio Vieira, foi de grande importância a Portugal o conhecimento antecipado de seus futuros nos maiores acontecimentos de um reino. Sendo assim, se debaixo desta fé Portugal nasceu, cresceu e restituiu-se, a fé e confiança em seus futuros serão mais importantes ainda para os empreendimentos bem maiores que ele irá realizar. E esta importância somente será compreendida, segundo Antônio Vieira, após a leitura de toda a *História do Futuro*. Antônio Vieira está certo de que a sua *História do Futuro* servirá de escudo aos portugueses em suas batalhas e conquistas futuras:

Lerão os portugueses e todos os que lhes quiserem ser companheiros, este prodigioso Livro do Futuro e com ele abraçado em uma mão e a espada na outra, posta toda a confiança em Deus, e em sua palavra, que conquista haverá que não empreendam, que dificuldades que não desprezem, que perigos que não pisem, que impossíveis que não vençam? Ao conhecimento antecedente dos futuros chamou discretamente S. Gregório escudo fortíssimo da presciência, em que todas as adversidades e golpes do Mundo se sustentam, se reparam e se rebatem: *et nos tolerabilius Mundi mala suscipimus, si contra haec per praescientiae clypeum munimur*. Que vem a ser esta nossa História do Futuro senão escudo da presciência, *praescientiae clypeum*? Armados com este escudo, que trabalhos, que perigos nos pode oferecer o mar, a terra e o Mundo, e que golpes nos pode atirar com todas as forças de seu poder, que não sustentemos nele com animosa constância? Quem haverá que debaixo deste escudo não empreenda as mais dificultosas conquistas, nem aceite as mais arriscadas batalhas, e não vença e triunfe dos mais poderosos inimigos, se as

---

<sup>56</sup> VIEIRA, s.d., op. cit., p. 54.

<sup>57</sup> *ibid.*, p. 55.

empresas no mesmo escudo vão já resolutas, as batalhas vão já vencidas e os inimigos já triunfados?<sup>58</sup>

O esforço de Antônio Vieira em defender a guerra defensiva explica-se pelas dolorosas lembranças da invasão de Salvador pelas tropas holandesas, ocorrida em sua adolescência, e posteriormente pelas constantes tentativas de invasão da Espanha em solo português. Antônio Vieira dedica essa parte do livro ante primeiro da *História do Futuro* aos portugueses, particularmente a D. Afonso VI, sucessor de Dom João IV, para lhe encorajar a enfrentar os inimigos espanhóis, defendendo a liberdade de seu reino, assim como a empreender futuras conquistas tornando Portugal o império do mundo. Afinal, a anarquia em que se encontrou Salvador, durante a invasão holandesa, o levou posteriormente a lutar por um poder forte em Portugal, o qual somente seria possível mediante a paz.

---

<sup>58</sup> VIEIRA, s.d., op. cit., p. 56.

## Referências Bibliográficas

### *Fontes:*

VIEIRA, Padre Antônio. *História do Futuro*. 3 Vol. São Paulo: Editora Formar Ltda, s. d. (Coleção Grandes Mestres do Pensamento).

VIEIRA, Padre Antônio. *História do futuro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. (Organizada por José Carlos Brandi Aleixo).

VIEIRA, Padre Antônio. “Sermão décimo segundo, 1639”. In CIDADE, Hernani. *Padre Antônio Vieira*. Vol. II. Portugal: Agência Geral das Colônias, 1940.

### *Bibliografia*

ALEIXO, José Carlos Brandi. In: VIEIRA, Antônio. *História do futuro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. (Organizada por José Carlos Brandi Aleixo).

ALEIXO, José Carlos Brandi. *Entrevista*. [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu), novembro de 2005.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. Tomo Primeiro. 2ª edição, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1931.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. Tomo Segundo. 2ª edição, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1931.

BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Saint*. Genève: Droz, 1967. (Edição crítica com introdução e notas de Jacques Le Brun).

CIDADE, Hernani. *Padre Antônio Vieira*. Vol. II. Portugal: Agência Geral das Colônias, 1940.

DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

**Título:** Antônio Vieira em defesa da paz

**Resumo:** Demonstraremos, neste artigo, que a ferrenha crítica tecida por Antônio Vieira, em seu livro *Ante primeiro da História do Futuro*, concebido entre 1664 a 1665, às guerras empreendidas pelo rei espanhol Filipe IV contra Portugal para tentar reavê-lo, o seu empenho em convencê-lo a desistir de Portugal estabelecendo a paz com o mesmo, e, por outro lado, a sua exaltação às guerras defensivas feitas pelos reis portugueses para incitar o rei português D. Afonso VI e os portugueses à defesa da independência de seu país são aspectos reveladores da defesa do pacifismo por parte do padre luso-brasileiro.

**Palavras-chave:** Antônio Vieira – Guerra da Restauração - pacifismo

**Title:** Antonio Vieira in support of peace

**Abstract:** We will demonstrate in this paper that the fierce criticism woven by Antonio Vieira, in his book before first *History of the Future*, designed between 1664 to 1665, the wars waged by the spanish king Philip IV against Portugal to try to get it back, its commitment to persuade him to desist from Portugal making peace with it, and, secondly, his elation at defensive wars made by portuguese kings to urge the portuguese king D. Alfonso VI, and the portuguese to defend the independence of his country are revealing aspect of the defense of pacifism by the luso-brasilian priest.

**Keywords:** Antonio Vieira - Restoration War - Pacifism